



EDUCAÇÃO CRÍTICA E O ENSINO DE GEOGRAFIA NAS ESCOLAS MILITARIZADAS

Raiane Florentino¹

Resumo: A pesquisa intenciona realizar um estudo sobre a educação crítica presente no ensino de Geografia diante do processo de militarização das escolas em Porto Velho-RO. Com a crescente violência nos últimos anos, sua banalização dentro e fora das escolas, além da indisciplina e os casos de violência envolvendo cada dia mais os alunos da educação básica, professores, gestores, pais e a comunidade em geral entendem que a resposta para controlar esses e vários outros problemas da sociedade brasileira está na militarização das escolas. Desta forma, a militarização é tema atual e cada vez mais comum na sociedade brasileira, fomentada a partir do Decreto n. 9665/2019, que criou a Subsecretaria de Fomento a Escolas Cívico-Militares (Secim), vinculada à Secretaria de Educação Básica do Ministério da Educação; e o Decreto n. 10.004/2019, que instituiu o Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares (Pecim). Nessa perspectiva, a pesquisa tem como objetivo analisar o processo de militarização das escolas e seus impactos na vida dos profissionais da educação da disciplina de Geografia e da comunidade escolar, a partir do método do estudo de caso. Como metodologia, serão aplicados questionários aos professores e alunos, além da análise de documentos oficiais e os das escolas, almejando obter informações e características acerca do processo de militarização dessas escolas. Os resultados podem colaborar com a compreensão do impacto desse processo de militarização na oferta do ensino básico público no estado de Rondônia e, principalmente, na disciplina de Geografia.

PALAVRAS-CHAVE: Educação crítica, Militarização das escolas, Ensino de Geografia.

Abstract: The research intends to carry out a study on the critical education present in the teaching of Geography in the face of the process of militarization of schools in Porto Velho-RO. With the growing violence in recent years, its trivialization inside and outside schools, in addition to indiscipline and cases of violence involving more and more basic education students, teachers, managers, parents and the community in general, they understand that the answer to controlling These and several other problems in Brazilian society are the militarization of schools. In this way, militarization is a current and increasingly common theme in Brazilian society, promoted by Decree no. 9665/2019, which created the Subsecretariat for Promotion of Civic-Military Schools (Secim), linked to the Secretariat of Basic Education of the Ministry of Education; and Decree no. 10.004/2019, which established the National Program for Civic-Military Schools (Pecim). From this perspective, this research has the general objective of analyzing the process of militarization of schools and its impacts on the lives of education professionals in the Geography discipline and the school community as a whole. It presents the case study as a research method, based on Yin (2001). As a data collection methodology and technique, questionnaires will be applied to teachers and students, in addition to carrying out a survey, consultation and analysis

¹ Professora Adjunta do Departamento de Geografia e do Programa de Pós-Graduação em Geografia, da Universidade Federal de Rondônia (UNIR), Campus de Porto Velho. Contato: raiane.florentino@unir.br

of official federal and school documents, aiming to obtain information and characteristics about the militarization process of these schools. The research results can contribute to understanding the impact of this militarization process on the provision of public basic education in the state of Rondônia and, mainly, in the subject of Geography.

Keywords: Critical education, Militarization of schools, Teaching Geography.

INTRODUÇÃO

O processo de militarização das escolas públicas em Rondônia cresceu exponencialmente após o Decreto 10.004/19, que, segundo o governo à época, tinha como objetivo “melhorar a qualidade dos ensinos fundamental e médio no País, incentivando a participação de militares na gestão de processos educacionais, pedagógicos e administrativos, sem, no entanto, atuarem em sala de aula” (BRASIL, 2023).

Temos que, de um total de 193 mil estudantes, quase nove por cento compõe esse projeto, que encontra forte apoio da população rondoniense, o que foi notável na última eleição, tendo sido o maior colégio eleitoral do autor do decreto, o ex-presidente da república, Jair Messias Bolsonaro, que, no início do ano 2023 comunicou que pretende se candidatar para o cargo de senador em Rondônia, nas eleições de 2026. O projeto também contou com o apoio do governador reeleito, coronel Marcos Rocha, Figura 1, e também do senador, considerado um dos braços direito do ex-presidente supracitado, Marcos Rogério.

Figura 1. Governador de Rondônia e o ex-presidente da república



Fonte: Rondonia ao vivo, 2022.



Até o momento, o estado possui 11 escolas sob o controle da Polícia Militar; duas administradas pelo Corpo de Bombeiros e três pelas Forças Armadas. Só na capital, Porto Velho, são três escolas ligadas ao Programa Nacional de Escolas Cívico-Militares (PECIM). Todas as três foram implementadas a partir de 2019, sendo a mais nova/recém militarizada, a Escola Estadual Petrônio Barcelos, que hoje se chama Colégio Dom Pedro II, tendo sua transição iniciada no ano de 2021.

A pesquisa² é qualitativa e tem como método o Estudo de Caso, pelo fato de ser uma investigação empírica que explora um fenômeno contemporâneo dentro de seu contexto da vida real (YIN, 2001). Para Goldenberg (2011, p. 33), este método permite a compreensão de uma situação particular dentro de um contexto geral. Além disso, permite o aprofundamento por parte da pesquisadora na realidade que se pretende pesquisar, tendo em vista que, como aponta o autor "o estudo de caso não é uma técnica específica, mas uma análise holística, a mais completa possível, que considera a unidade social estudada como um todo seja um indivíduo, uma instituição ou uma comunidade, com o objetivo de compreendê-los em seus próprios termos".

Perspectivando avaliar o contexto da militarização, para além de sua construção conceitual, contemplando também as práticas e vivências construídas nos espaços formativos, a partir das concepções de Cavalcanti (2019, 2020), Callai (2017) e Castellar e Vilhena (2010), o universo desta pesquisa é composto a princípio pelos Colégios Dom Pedro II e Tiradentes VII, sendo o primeiro administrado pelo corpo de bombeiros e o segundo pela polícia militar.

A pesquisa ainda é incipiente e, como dito, pretende analisar as realidades dentro de um contexto maior, que é a militarização de grande parte das escolas estaduais do estado de Rondônia. Para seu desenvolvimento, conta com uma dissertação de mestrado e duas iniciações científicas, que abordam, especificamente, o caso dos dois Colégios mencionados, principalmente este último, por se tratar de algo recente, que se pode acompanhar a transição.

² A pesquisa faz parte do projeto institucional denominado "ENSINO DE GEOGRAFIA E A MILITARIZAÇÃO DAS ESCOLAS EM PORTO VELHO-RO".

A pesquisa é qualitativa e tem como método o estudo de caso (Yin, 2001), pelo fato de ser uma investigação empírica que explora um fenômeno contemporâneo dentro de seu contexto da vida real. Este método permite a compreensão de uma situação particular dentro de um contexto geral. Além disso, permite o aprofundamento por parte da pesquisadora na realidade que se pretende pesquisar, tendo em vista que, como aponta o autor "o estudo de caso não é uma técnica específica, mas uma análise holística, a mais completa possível, que considera a unidade social estudada como um todo seja um indivíduo, uma instituição ou uma comunidade, com o objetivo de compreendê-los em seus próprios termos" (YIN, 2001).

A metodologia envolve pesquisa de campo, com entrevistas e aplicação de questionários semiestruturados aos professores de Geografia e aos alunos do Colégio, além da consulta e coleta de dados nos documentos oficiais do governo federal e nos planos políticos pedagógicos das escolas. Os questionários, ainda não aplicados, serão elaborados em consonância com os objetivos da pesquisa. Antes desta etapa se precederá as autorizações pertinentes e assim, prosseguir com procedimentos formais da pesquisa.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Durante a disciplina "Gestão e Legislação Escolar", em 2023, sob responsabilidade da autora deste trabalho, ofertada no curso de Geografia da Universidade Federal de Rondônia (UNIR), foi realizado um trabalho de Campo no Colégio Dom Pedro II, Figura 1, onde, professora e alunos da UNIR dialogaram com o diretor do Colégio, um major do corpo de bombeiros, e a sua vice, uma civil formada em Pedagogia, sobre quais eram as ações, perspectivas e estratégias de ensino para aquela escola e sua comunidade, vide Figura 2.



Figura 1. Trabalho de Campo, Colégio Dom Pedro II, Figura 1



Fonte: acervo próprio.

Figura 2. Diálogo com gestores do Colégio Dom Pedro II



Fonte: acervo próprio.

Na oportunidade, após duas horas de conversa com os gestores, a docente e os discentes se reuniram, ainda, com duas professoras, uma responsável pelas disciplinas de História e Geografia, e outra que ministra as disciplinas de Português e Artes, Figura 3. Ambas atuam na escola desde antes da militarização do Colégio, o que foi interessante para oportunizar ouvir outro ponto de vista sobre a funcionalidade do Colégio.



As professoras disseram entender que há aspectos positivos e negativos neste processo, apontando como positivo:

i) a disponibilidade da doação de uniformes aos estudantes;

ii) imposição de regras aos estudantes;

iii) mudança no público alvo que, antes era composto pelos moradores dos bairros próximos à escola, considerado, nas palavras do diretor, como local de “baixo meretrício, usuários de drogas e pessoas pobres, envolvidas com o crime”.

Além disso, destacaram que, pela forte influência da organização na Secretaria Estadual de Educação (SEDUC), se deu início a reforma na infraestrutura da escola, que se encontra sem aulas presenciais até o presente momento, apenas virtuais, onde as professoras destacaram que a participação e presença dos estudantes é baixa e os mesmos costumam imprimir as atividades enviadas por elas e as procuram pessoalmente para a sua realização.

Figura 3. Diálogo com as educadoras do Colégio



Fonte: acervo próprio.

Ademais, as educadoras comentaram que os pais e alunos que não quiseram se adequar ao novo padrão exigido, que consiste em:

a) cortes de cabelos padronizados;

b) unhas sem esmalte;

c) uso de sapatos e vestimentas (denominadas “fardas”) estabelecidas pelo Colégio;

d) hastear e cantar o hino nacional todos os dias, antes do início das aulas;

e) não darem opinião sobre os assuntos apresentados pelos professores em suas aulas; foram, no momento da transição, convidados a ir para outra instituição de ensino.

Aqueles que ficaram, porém não tiveram seu comportamento aprovado pela direção, foram expulsos. Nesse trabalho de campo ao Colégio os gestores destacaram, ainda, que seguem os currículos comuns, citando a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), porém possuem o direcionamento para questões, onde se destacam os valores morais e de comportamento.

No mais, a professora de Geografia e História, ao ser indagada sobre o que mudou na sua atuação e nos processos de ensino-aprendizagem que envolvem a Geografia, apontou que não sentiu diferença a respeito do viés crítico e cidadão dos alunos.

Na verdade, a educadora comentou que, como o comportamento dos estudantes, ao seu ver, melhorou exponencialmente após a transição, ela apresenta os conteúdos estabelecidos tanto pela BNCC quanto pela escola à eles, porém os estudantes não podem dialogar sobre os temas, pois é uma normativa da direção que não haja polêmica durante as aulas, então, em sua visão, isso é positivo, pois não há mais alvoroços durante a aula.

Entretanto, compreendemos que os estudantes não participam mais ativamente das aulas, pois não podem fazer perguntas ou questionar qualquer conteúdo apresentado, o que, na nossa interpretação, atinge diretamente a capacidade do aluno exercitar e refletir criticamente sobre os assuntos e temas pertinentes à uma educação geográfica de qualidade.

Tais elementos foram dispensáveis nos últimos seis anos, para não dizer proibidos, porém, que compõe um projeto ainda maior nos estados do Amazonas, Acre e Rondônia (região denominada politicamente de AMACRO), conferindo, conflitos, violências e uma (des)configuração territorial, onde há mais de 75% de floresta amazônica desmatada, além de altos índices de inadimplência das Secretarias Estaduais e Municipais, vide Figuras 4 e 5, onde as secretarias citadas oferecem até os dias atuais um ensino a distância à muitos ribeirinhos do baixo-Madeira, região distante da capital de Porto Velho-RO, onde se concentram ribeirinhos, quilombolas e indígenas. Casos como estes das fotografias tiveram seu ápice principalmente nos últimos anos de pandemia, deixando crianças e adolescentes sem acesso ao ensino, o que aumentou a presença de muitas delas no garimpo, por exemplo; além de concentrar ameaças, disputas e mortes de lideranças indígenas e de movimentos sociais.



Figura 4. Oferta de aulas gravadas aos estudantes do baixo-Madeira



Fonte: Tulasi Resende, Amazônia Real, 2022

Figura 5. Cresce o número de crianças na faixa escolar presentes no garimpo



Fonte: Tulasi Resende, Amazônia Real, 2022

Nesse sentido, a pesquisa sobre a militarização das escolas em Rondônia almeja identificar a percepção da comunidade escolar sobre o processo de militarização das escolas e o seu impacto na educação crítica que envolve o ensino de Geografia, além de analisar e compreender se houve influência e alteração no desempenho e na participação dos alunos, professores e gestores nos processos formativos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa ainda é incipiente e, como dito, pretende analisar duas realidades dentro de um contexto maior, que é a militarização de grande parte das escolas estaduais do estado de Rondônia. Para seu desenvolvimento, conta com uma dissertação de mestrado e duas iniciações científicas, que abordam, especificamente, o caso do Colégio Tiradentes Unidade VII e do Colégio Dom Pedro II, com destaque para este último, por se tratar de algo recente, sendo possível acompanhar a transição e analisar o impacto da mesma no ensino de Geografia ofertado na rede pública estadual de Rondônia.

Compreende-se, até o momento, que as práticas basilares que envolvem o ensino de Geografia, como reflexão, diálogo e debates, estão cerceadas pelo termo bastante recorrente no meio militar, o “adestramento” dos estudantes, visando o que consideram ser “bom comportamento”, que se traduz no não questionamento, patriotismo e na ausência de diálogo sobre os temas apresentados nas aulas, principalmente no último ano, que foi época de eleição presidencial, o que atinge diretamente a oferta de uma educação laica, crítica e de qualidade, onde o aluno possa se emancipar, compreender e melhorar sua realidade, visando, ainda, ter presente em seu cotidiano, aspectos que envolvem a cidadania e a crítica.

A militarização das escolas, encontrou muitos adeptos nos últimos anos no Brasil, tendo em vista que a população de modo geral tem como modelo os colégios militares, que existem desde 1889, ainda na época do Império. Entretanto, a recém (e intensa) militarização das escolas não segue o modelo dos colégios militares. É diferente. Está inserida no Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares (Pecim), com abrangência nacional, implementada no ano de 2019 a partir do Decreto Presidencial n.º 10.004, dando início a criação das escolas militarizadas, por meio de parcerias entre o Ministério da Educação; o Ministério da Defesa; e as secretarias de educação dos estados e municípios.

Nesse sentido, destacamos que os colégios militares criados a partir do decreto imperial, foram destinados aos órfãos militares da Guerra do Paraguai, sendo o primeiro deles o Imperial Colégio Militar da Corte, que é, atualmente, o Colégio Militar do Rio de Janeiro. Posteriormente, a partir de 1900, surgiram outras unidades compondo uma rede de escolas federais da educação básica, porém organizadas em contextos e propostas variados.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Congresso Nacional. Câmara dos Deputados. **Projeto revoga programa de escolas cívico-militares do governo Bolsonaro**, Brasília, 2023. Disponível em: <<https://www.camara.leg.br/noticias/944526-projeto-revoga-programa-de-escolas-civico-militares-do-governo-bolsonaro/>>. Acesso em: 15/05/2023.

CALLAI, H. C., MORAES, M. M. EDUCAÇÃO GEOGRÁFICA, CIDADANIA E CIDADE. **ACTA Geográfica**, Boa Vista, Edição Especial 2017. pp.82-100, 2017.

CAVALCANTI, L. S. **Pensar pela geografia: ensino e relevância social**. Goiânia: C&A Alfa Comunicação, 2019.

CAVALCANTI, L. S. Formar para a vida urbana cidadã como meta para o professor de Geografia aportes teóricos e ensinamentos da experiência. **AGALI journal: journal of social sciences and humanities**, Vol. 10, Nº. 10, págs. 45-64, 2020.

CASTELLAR, S. M. V.; VILHENA, J. **Ensino de Geografia**. São Paulo: Cengage Learning, 2010.